



VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DA OAB

BELEM • PARÁ • BRASIL

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DA IGUALDADE

VI Conferência Internacional de Direitos Humanos foi organizada pela OAB/PA e ocorreu no período de 27 a 29 de abril, no período da manhã no Hangar – Centro de Convenções da Amazônia, em Belém..

Neste ano, o tema central foi “A Efetivação dos Direitos da Igualdade”. O evento reuniu mais de 5 mil pessoas entre estudantes de direito, advogados e profissionais de outras áreas, além de palestrantes que debateram com o público os mais diversos assuntos ligados ao tema.



O Núcleo da Mulher discutiu o “Tráfico De Mulheres” no âmbito do Fórum 12, ocorrido em 29 de abril de 2015, na pessoa da sua Coordenadora Lucinery Helena Resende Ferreira do Nascimento.

Durante o evento, a promotora não só realizou análise interdisciplinar da mulher vítima de exploração sexual, bem como explicou o trabalho de atuação do NEVM.

“Nós do Núcleo [NEVM] oferecemos um serviço de prevenção. Identificamos as rotas de tráfico em potencial e realizamos um trabalho de fortalecimento na comunidade, orientando não só mulheres, mas homens – sejam jovens ou adultos”, explica à promotora Lucinery Resende.



Ao final do evento, tanto a promotora de justiça como os demais integrantes da mesa, receberam um diploma de pela participação na VI Conferência Internacional.



FEMINICÍDIO

Manifestação extrema
de violência contra
mulheres

UNIQUEL2

“Feminicídio” é o assassinato em razão do gênero. Refere-se, portanto, ao crime de ódio contra as mulheres, marcadas socioculturalmente por um histórico de denominação ou discriminação.



No último, 30 de abril de 2015, Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NEVM) Lucinery Helena Resende Ferreira, falou com o apresentador sobre o referido tema, em entrevista realizada perante a Radio Liberal AM.

A Promotora de Justiça discutiu os avanços que a alteração legislativa representa para a causa da mulher e os seus reflexos no Ordenamento Penal.

CNMP promove oficina sobre a implantação de Cadastro de Violência Doméstica



O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF), realizou no dia 29 de abril de 2015, oficina sobre a implementação do Cadastro Nacional de Violência Doméstica.

De acordo com o artigo 26, inciso III, da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, compete ao Ministério Público “cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher”, razão pela qual a Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, por meio do Grupo de Trabalho de Combate à Violência Doméstica e Defesa dos Direitos Sexuais e Reprodutivos, instaurou o projeto “Criação do Cadastro Nacional sobre Violência Doméstica e Familiar”.

A oficina contou com a participação do coordenador do Projeto, o promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Thiago Pierobom; da conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Ana Maria Amarante; da representante da ONU Mulheres Wânia Pasinato, do promotor de Justiça do Ministério Público do Pará Sandro Garcia de Castro e membros de cinco unidades do MP, de representantes do Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Mulher da Universidade de Brasília (UnB) e de representantes da sociedade civil Associação art. 19 e Cladem Brasil.



De acordo com o promotor de Justiça Thiago Pierobom, a oficina foi extremamente proveitosa, pois proporcionou a troca de informações do CNMP com os demais parceiros relacionados ao tema da violência doméstica contra as mulheres, “especialmente no sentido de construir uma proposta de cadastro que contenha todas as informações que sejam importantes para se diagnosticar o assunto, como os tipos de vítimas, de agressores e do contexto em que esses crimes estão sendo praticados”.

MPPA PARTICIPA DE ENCONTRO QUE ANALISA PROTOCOLO DE COMBATE AO FEMINICÍDIO



O Ministério Público do Pará (MPPA), representado pela promotora de Justiça Lucinery Helena Resende Ferreira foi convidado pela ONG Mulheres no Brasil e pela Secretaria de Política para Mulheres ligada à Presidência da República para participar de Oficina para validação de protocolo para aplicação da Lei Maria da Penha e combate ao feminicídio.

Presentes promotoras, juízas e a Ministra Carmen Lúcia, ao evento que está em curso desde o dia 6 de maio com finalização na sexta (8) de maio, em Brasília.



O grupo de trabalho é formado por trinta profissionais de direito de todo o Brasil. O documento possui diretrizes para investigar, processar e julgar as mortes violenta de mulheres -Feminicídio - a partir de uma perspectiva de gênero.

"Este trabalho será de grande benefício para os operadores de direito, pois teremos agora um protocolo de atuação uniformizado seja para delegados promotores juízes defensores enfim todos que são responsáveis pelo controle social do feminicídio", observa a promotora Lucinery Resende.

COMPROMISSO E ATITUDE LEI MARIA DA PENHA A LEI É MAIS FORTE

NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO DE VIOLÊNCIA À MULHER (NEVM), PARTICIPA DE PALESTRA NA PAROQUIA DE SÃO MIGUEL ARCANJO.

O trabalho executado pelo Núcleo de Enfrentamento de Violência à Mulher (NEVM) foi o foco da palestra ministrada pela promotora de justiça Lucinery Helena Resende Ferreira, durante encontro ocorrido na Paroquia de São Miguel Arcanjo, localizado no bairro do Una em Belém. No ultimo 20 de maio de 2015.



A promotora de justiça pontuou sobre as diversas formas de violência doméstica e esclareceu como as mulheres que estão passando por esse tipo de situação podem pedir apoio aos órgãos competentes, pois mesmo com a implantação da Lei Maria da Penha e, mais recentemente com a do Femiicídio, mulheres brasileiras continuam sendo vítimas de violência doméstica.



A mesma pontuou sobre os serviços disponibilizados pelo NEVM tais como: triagem, acolhimento e atendimento individualizado às vítimas de violência e aos familiares; aconselhamento psicológico; encaminhamentos para atendimentos entre outros. Palestras de prevenção e conscientização para a redução da violência junto à comunidade e mediação de conflitos.



REUNIÃO DE TRABALHO NA PROMOTORIA DE VIOLÊNCIA DOMESTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER.

No dia 29 de Maio de 2015, às 09h30min, iniciou a reunião de trabalho no prédio da Promotoria de Justiça de Violência Domestica e Familiar contra a Mulher, estando presentes a coordenadora do Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a mulher, promotores de justiça, defensoria pública, delegados e juízes.



A promotora de Justiça Lucinery Helena Resende Ferreira proferiu a reunião expondo os assuntos que seriam abordados na pauta como: problemas no atendimento da DEAM, Projetos para serem implantados "Homens contra a Violência", projetos para o PROPAZ/ MULHER, dificuldades, medidas protetivas, idade da vitima, fiança, inadimplência no endereço entre outros.



A reunião foi proveitosa, pois foram discutidos e proposta alternativas e soluções para as dificuldades enfrentadas de cada Órgão da rede, para o melhoramento desses serviços.

